

A pulsão plebeia: trabalho, precariedade e rebeliões sociais

Artigo de Deni Rubbo.

Um possível título desta resenha poderia ser “Crônicas gramscianas”. Trata-se de uma feliz expressão cunhada pelo sociólogo Michael Löwy que assina a quarta capa do recém-lançado livro, *A pulsão plebeia*. Inspirado largamente na obra do pensador marxista Antônio Gramsci, o sociólogo Ruy Braga investiga, examina e interpreta os rastros de pólvora deixados pelas dinâmicas das ações coletivas globais nos últimos anos, especialmente nos países periféricos. Sob o fantasma da crise econômica no sistema-mundo, os personagens reais dessa espinhosa trama social movem-se da impaciência à inquietação, da indignação aos estilhaços de contestação. Estes são denominados pelo autor de pulsão “plebeia”, termo que procura acantonar não apenas trabalhadores, mas especialmente os jovens precarizados, sendo, portanto, uma noção mais ampla que a de proletariado.

Redigidos em um período relativamente curto, entre 2012 e 2014, mas politicamente rico de eventos e situações inesperadas, para não dizer insólitas, os artigos do livro - que não deixam de ter uma boa dose de intervenção pública -, procuram elaborar “hipóteses alternativas” que se distanciem do senso comum sociológico axiologicamente “neutro”, tacanho, anacrônico e conservador. Na contramão dessas tendências, o autor aproxima-se de um estilo sociológico balizado “pela centralidade axiológica do conhecimento das classes subalternas”, que tem sido constituído há alguns anos pelo Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (CENEDIC), localizado na Universidade de São Paulo (USP).

A sociologia de combate de Ruy Braga abarca uma variedade de temas que tiveram destaque na conjuntura dos assim chamados países do “Sul Global”. Na esfera nacional, os direitos das empregadas domésticas, os “rolezinhos”, as Jornadas de Junho de 2013, a prisão de Fábio Hideki, o surgimento do Bom Senso F. C., as greves dos garis no Rio de Janeiro. Na esfera internacional, o legado contraditório de Nelson Mandela, as comemorações espontâneas e populares da morte da ex-primeira ministra Margaret Thatcher, as paralizações em toda a Argentina contra o “kichnerismo”, os protestos massivos em Portugal.

Uma das características que o leitor identificará facilmente é que em diversos textos o autor procura traçar pontos comparativos com o Brasil, particularmente na questão que envolve trabalho, mobilização social e sindical. A comparação emerge da necessidade metodológica de clarificar aspectos obscuros de uma dada realidade. Assim, o exemplo de Portugal é paradigmático. Em meio à reprodução severa das políticas de austeridade que resultaram no aumento de taxa de desemprego, baixos salários, flexibilização e precarização das relações de trabalho, essas transformações readquiriram, por outro lado, uma nítida centralidade no atual ciclo de mobilizações sociais, de que participaram jovens e imigrantes, precarizados e precarizadas. Nas palavras do sociólogo, as mobilizações sociais inauguraram não apenas uma nova conjuntura do país, mas demonstraram “uma viabilidade colaborativa - não destituída de conflitos, é verdade - entre sindicatos e os movimentos ligados ao trabalho precário”. Por um lado, se em Portugal a condição plebeia peleja para conservar os direitos sociais, do outro lado do Atlântico, o precariado brasileiro luta para efetivá-los. Desse modo, em ambos os países, o que traduz poeticamente a angústia desses setores pressionados de forma constante “pelo aumento da exploração económica e pela ameaça da exclusão social” são os versos da canção “Parva que sou”, do grupo português Deolinda: “Sou da geração sem remuneração/Onde para ser escravo é preciso estudar”.

Aliás, antes mesmo das explosões das Jornadas de Junho de 2013, quando “as temporalidades da crise económica internacional e da crise política nacional colocaram-se em concordância”, Ruy Braga lançava em prognóstico que, mesmo sob a batuta de nossa tradicional cordialidade, “o futuro reserva sérias turbulências para o governo brasileiro”.

E de facto, em um governo marcado pela junção de gastos sociais, reprodução da ortodoxia rentista, avanços efetivos na formalização do trabalho e concentração do emprego em ocupações que pagam até 1,5 salário mínimo, de crescimento económico e de condições de produção de trabalho barato, aumento das taxas de rotatividade e de acidentes de trabalho, essa combinação esdrúxula levou a uma explosão social sem precedentes na história recente do Brasil. Sem contar a “fusão” da alta burocracia sindical com o aparelho do Estado, iniciada em meados da década de 1990, consolidando a “hegemonia lulista”, ou seja, “uma relação social de dominação apoiada na articulação entre o consentimento passivo dos setores populares e o consentimento ativo das direções dos movimentos sociais”.

O leitor pode, contudo, descartar a ideia de que o livro foi escrito para uma conjuntura imediata. A variedade de temas abordados, a profundidade do tratamento, a visão estratégica de reflexão comprovam o contrário disso. Em realidade, os textos se aproximam mais daquilo que Gramsci afirmou, a propósito de seu projeto carcerário, como “für ewig” (para sempre), mesmo que eles ainda sejam resultados de caráter provisório e que não impeçam perspectivas distintas.

Talvez por isso, aliás, não tenha sido uma grande novidade o surgimento das Jornadas de Junho, não somente aos olhos do autor, mas também para o grupo de pesquisa ao qual pertence, o CENEDIC. Afinal, o grupo tem se dedicado com afinco à pesquisa justamente sobre “a inquietação social dos grupos subalternos com os limites do atual modelo de desenvolvimento”. Trabalhos etnográficos, análise das modificações recentes da estrutura sócioocupacional, estudos de caso sobre situações de famílias trabalhadoras em vários bairros da periferia de São Paulo e sobre a precarização dos trabalhadores na capital, como a indústria de call center, são apenas alguns exemplos de uma agenda diversificada dos estudos subalternos protagonizados por esse centro de pesquisa no país.

Eis aqui um modo de fazer sociologia combativa à altura dos enigmas do tempo presente. Tal como afiança o autor, trata-se de “uma sociologia combatente e aberta aos públicos extra-acadêmicos, resistente às seduções das políticas públicas, refratária aos excessos da especialização disciplinar, e por isso mesmo, localizada na convergência entre o saber científico e o saber estratégico”.

Decidida a enfrentar, interpretar e transformar os desafios de uma conjuntura complexa, dinâmica e contraditória, essa sociologia “cientificamente objetiva e politicamente engajada” tem produzido belos trabalhos, como o livro de Ruy Braga, que ademais angariam um espírito portador de esperança crítica, sempre à prova de práticas renovadas.

* *Deni Rubbo é doutorando em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP).*